

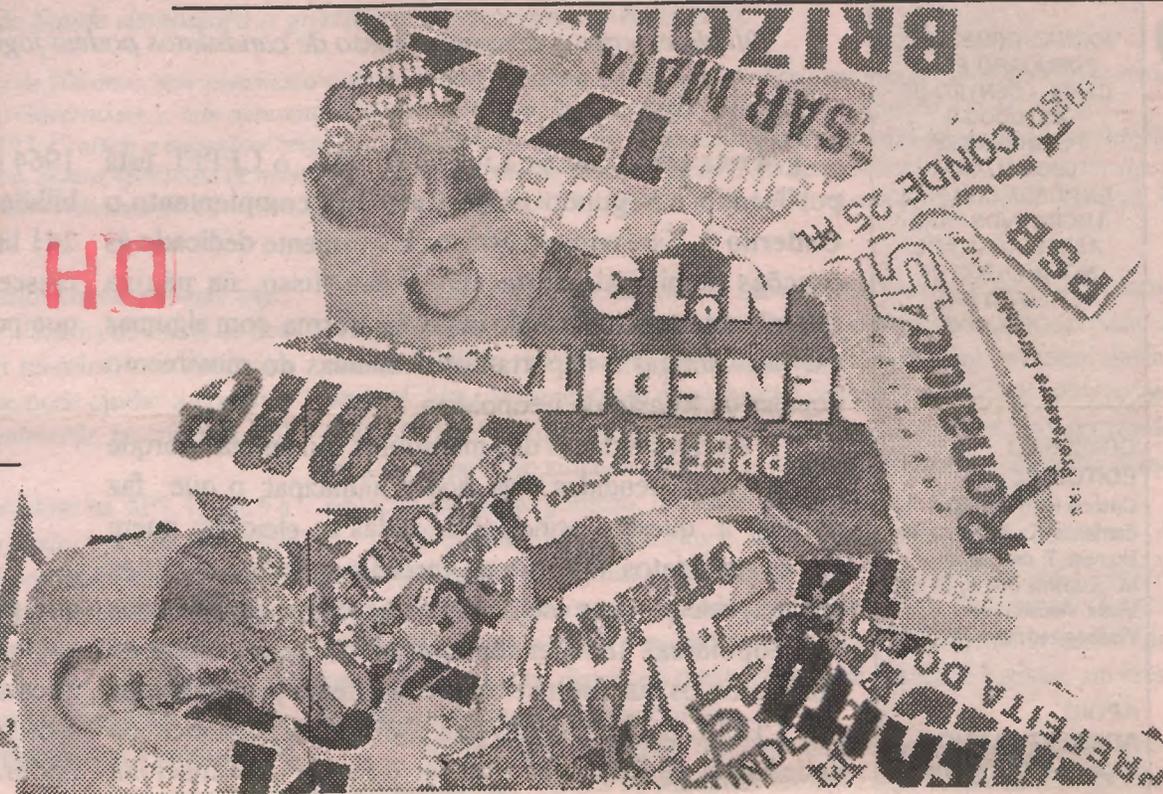
SE
LIGA
NO

Sinal

Informativo do CEPEL
Centro de Estudos e Pesquisas
da Leopoldina
Ano VIII / Número 44 - Jul/Ago/Set

Saúde: o aumento da tuberculose no Rio

3

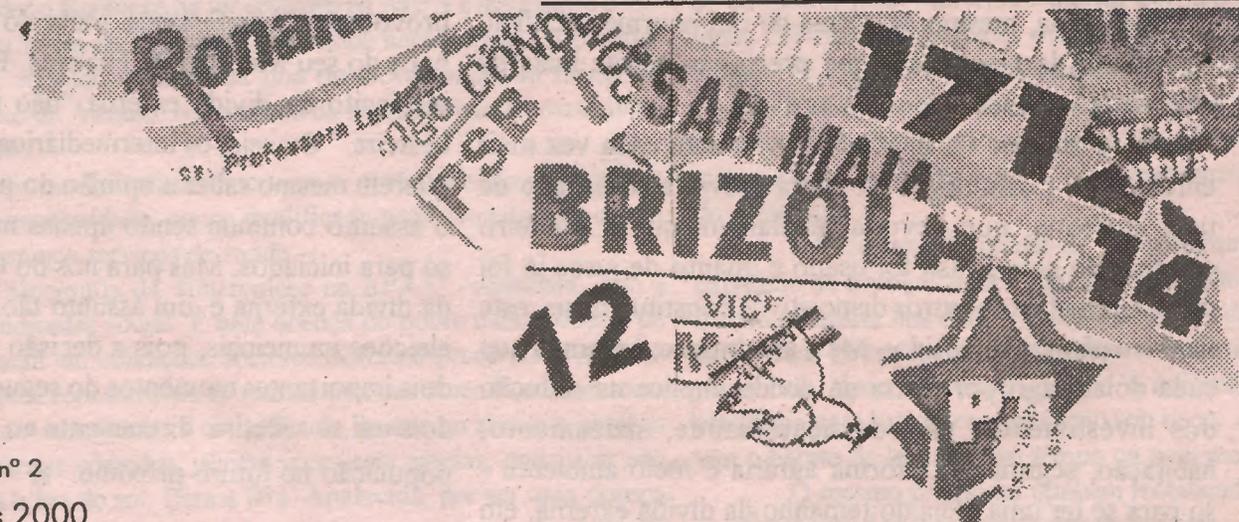


Eleições municipais: um recado da Leopoldina para os candidatos a vereador

Página Central

Entrevista: Padre Martini explica o que é o CONSA Conselho Comunitário de Saúde do Complexo do Alemão

7



CPV
22 DEZ 2000
Setor de Documentação

JORNAL TRIMESTRAL
PUBLICADO PELO
CEPEL - CENTRO DE
ESTUDOS E
PESQUISAS DA
LEOPOLDINA,
ENTIDADE SEM FINS
LUCRATIVOS PARA
ASSESSORIA AOS
MOVIMENTOS DA
REGIÃO DA
LEOPOLDINA

**COMISSÃO
EDITORIAL**

Cristina M. (Kita) Eitler
Fernando C. R. Fernandes
Homero T. de Carvalho
M. Eugênia (Kena) U. Silva
Victor Vincent Vaila
Wallace Hermann Júnior

**APOIO
ADMINISTRATIVO**

Maria de Fátima Correia S.

**JORNALISTA
RESPONSÁVEL**

Homero T. de Carvalho
(Mtb 1127/05/65v -PR)

PROJETO GRÁFICO

Caco Chagas
Kita Eitler

EDITORIAÇÃO

Zona Criativa (205 3220)

CAPA

Kita Eitler

APOIO

KFS
JUVENTUDE CATÓLICA
AUSTRIACA
ENSP/FIOCRUZ

O CEPEL autoriza a
reprodução total ou
parcial dos artigos
deste jornal, bem como
sua utilização para fins
educativos. Solicitamos
citação da fonte e o
envio de cópia em caso
de publicação



EDITORIAL

**Eleição Municipal e Plebiscito da Dívida Externa:
escolhas decisivas para definir o futuro.**

Dívida externa e descompromisso de candidatos podem jogar os brasileiros no limite da sobrevivência..

Nesta edição do Se Liga no SINAL, o CEPEL está publicando o segundo número do seu complemento, o **Caderno S**. Este número está exclusivamente dedicado às eleições municipais deste ano. Além disso, na página central, estamos publicando uma plataforma com algumas das mais antigas e importantes demandas do movimento popular da Região da Leopoldina.

As necessidades dos moradores são antigas porque nunca foram atendidas pelo poder municipal, o que faz retornar a questão principal de todas as eleições: quem são os candidatos ao cargo de vereador, pela primeira vez ou para reeleição, que estão preocupados com as demandas da Leopoldina? Independentemente de quem sejam os candidatos, os que forem eleitos estão desde já convidados pelo CEPEL para uma conversa com os participantes da Rede Local de Educação Popular e Saúde, que funciona na sede da nossa entidade.

“As necessidades dos moradores são antigas porque nunca foram atendidas pelo poder municipal.”

Mas, além das eleições municipais, há também outras formas de votar. No momento, está sendo promovido em todo o país por diversas entidades da sociedade civil, como a CNBB, a CUT, o MST e a UNE, o Plebiscito da Dívida Externa, uma ampla consulta popular para saber se o governo brasileiro deve continuar o pagamento da dívida externa, mesmo às custas de um enorme sacrifício da maioria da população, que precisa cada vez mais de empregos, educação, saúde e moradia.

A situação da dívida brasileira está cada vez mais enrolada. A Constituição de 88 já previa a realização de uma auditoria, que deveria revelar em que o dinheiro emprestado pelo Brasil foi usado e quanto de juros já foi pago. Como tantos outros dispositivos constitucionais, este também não foi cumprido. Mas, atualmente, sabemos que cada dólar pago por causa da dívida implica na redução dos investimentos em educação, saúde, saneamento, habitação, segurança, reforma agrária e meio ambiente - só para se ter uma idéia do tamanho da dívida externa, em

1964 ela era de US\$ 2,5 bilhões, em 1989, de US\$ 115 bilhões, e de lá para cá o Brasil pagou 250 e está devendo 241 bilhões de dólares. Ou seja, uma bola de neve que cresce a juros definidos pela agiotagem internacional e que pode inviabilizar o país no futuro.

“O plebiscito é importante porque esclarece a população sobre a situação da dívida externa.”

Na verdade, o plebiscito é um instrumento legal que permite à população do país se manifestar sobre qualquer assunto e obrigará o Congresso a votar a questão levantada por ele. Neste sentido, já está protocolado pela oposição junto à mesa da Câmara Federal, um Projeto de Decreto Legislativo, que estabelece a convocação de um plebiscito oficial para decidir sobre o acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional), sobre a auditoria e as condições de pagamento da dívida externa. O plebiscito, atualmente realizado pelas entidades, é importante porque esclarece a população sobre a situação da dívida e ao mesmo tempo representa uma manifestação da sociedade que poderá obrigar a tomada de iniciativas do Congresso Nacional, como a convocação de um plebiscito legal sobre o comprometimento dos recursos públicos com os especuladores do mercado financeiro.

Por enquanto, só a realização do plebiscito já provocou a manifestação irada do governo FHC pela boca do seu Ministro da Fazenda. Para Pedro Malan, o plebiscito da dívida externa “não tem sentido, é uma besteira.” Ou seja, os intermediários dos banqueiros não querem mesmo saber a opinião do povo e preferem que o assunto continue sendo apenas um assunto técnico, só para iniciados. Mas para nós do CEPEL, o plebiscito da dívida externa é um assunto tão político quanto as eleições municipais, pois a decisão dos eleitores nestes dois importantes momentos do segundo semestre do ano dois mil se refletirá diretamente no dia a dia de toda a população no futuro próximo. ■



Geografia da Tuberculose na AP3.1

Um mapa da pobreza e da doença

Wallace Hermann Junior

Palestra no Conselho Distrital de Saúde demonstra a gravidade da tuberculose na região.

jul
ago
set
00

3

Por que uma doença que foi descoberta há mais de 200 anos, tem tratamento conhecido há 50 anos e é de fácil diagnóstico continua se expandindo e matando na AP3.1, que reúne a região da Leopoldina e a Ilha do Governador, e tem apresentado o maior número de casos notificados do município do Rio de Janeiro?

A monografia "Geografia da Tuberculose na AP3.1" ajuda a encontrar respostas a questões como essa. O estudo foi realizado pela geógrafa Maria Angela Pires Esteves, da UERJ, e contou com a orientação da Dra. Maria Aparecida de Assis Patroclo, Assistente da Coordenação Técnica de Saúde da AP 3.1, que divulgou os resultados parciais da pesquisa em palestra na Reunião Ordinária do Conselho Distrital de Saúde da AP3.1, do dia 11 de julho, no auditório da ENSP/Fiocruz. A seguir, publicamos uma síntese da palestra.

A tuberculose é, com certeza, a doença de maior impacto social hoje, ocorrendo em todas as regiões do Brasil. No Rio de Janeiro há cerca de dez mil casos por ano, o que torna a doença a de maior relevância endêmica no município. Um número igualmente trágico, mas que pode ajudar a compreender a gravidade da situação da tuberculose: anualmente, há cerca de mil casos de Aids no Rio de Janeiro.

Para entender um pouco a situação da tuberculose na AP3.1, que é a área de planejamento do município que registra o maior número de casos notificados da doença, é importante conhecer um pouco da formação histórica mais recente das comunidades da região e que pode ajudar a explicar em grande parte porque a doença encontra aqui as condições que favorecem a sua multiplicação.

Da época colonial até o século XIX, a região foi ocupada por grandes propriedades de terras, boa parte da Igreja, e voltadas para a produção de cana e café.

No final do século XIX, os trabalhadores liberados pelo fim da escravidão, então chamados de "escravos libertos", que não tinham recursos para adquirir lotes, criaram os primeiros núcleos de favelas na região. A ocupação intensificou-se com a criação da Estrada de Ferro da Leopoldina, em 1886, e mais ainda com abertura da Av. Presidente Vargas e da Av. Brasil, trazendo indústrias e operários para a região. As favelas estão presentes desde o início da ocupação urbana da AP3.1, como local de moradia de ex-escravos e operários das indústrias que se instalaram na região.

A AP3.1 foi prevista para ser uma área industrial do município e já se formou com parte de sua população socialmente excluída. Até a década de 50 havia na AP3.1 nove favelas, na década de 60 já eram 23 e, atualmente, existem 90 favelas na região.

Para entender o fenômeno da tuberculose na AP3.1 é necessário compreender as características da população que reside neste espaço. A população da AP3.1 tem crescido somente na Ilha do Governador, na favela da Maré e no Complexo do Alemão. No restante da região já não há mais áreas para serem ocupadas.

A população que historicamente vem se instalando na região é de baixa renda, baixa escolaridade, pouco qualificada profissionalmente e com dificuldade de acesso aos serviços de saúde.

O estudo "Geografia da Tuberculose na AP3.1" considera que a tuberculose é um indicador social. É uma doença do pobre e da pobreza, de populações que vivem em condições sócio-econômicas precárias e promíscuas, provocadas pela concentração de muitas pessoas vivendo em um mesmo espaço reduzido - nas favelas é comum três, quatro ou até mais pessoas dormirem em pequenos cômodos, muitas vezes sem janelas, onde o ar não circula e nem entra a luz do sol. Para a Dra. Aparecida, por ser uma doença do pobre, a tuberculose é uma doença do mundo, porque o mundo se divide entre ricos e pobres.

Com o advento da Aids, a tuberculose passou a incomodar também os países ricos, já que a Aids diminui a resistência do indivíduo a outras doenças, mesmo que ele não esteja vivendo num ambiente desfavorável. Hoje, a tuberculose é a principal causadora de óbitos entre portadores do HIV, o vírus da Aids. Na África, por exemplo, a expectativa de vida da população situa-se entre 26 e 30 anos, justamente por conta dessa equação macabra: pobreza, exclusão social, Aids e tuberculose.

No mundo, a cada segundo, uma pessoa contrai a tuberculose. A sua distribuição geográfica é compatível com os indicadores sócio-econômicos, ou seja, a doença se expande nos países pobres do chamado Terceiro Mundo, como a Índia, Paquistão, Indonésia, Bangladesh, Nigéria, Filipinas e Rússia, que depois da queda do regime soviético registra um crescimento assustador da tuberculose.

No Brasil, o Programa Nacional de Combate à Tuberculose relaciona os seguintes fatores como responsáveis pela doença: analfabetismo, aglomeração urbana sem condições de higiene, desnutrição e subnutrição, fome, desconhecimento de direitos e deveres, descaso institucional com o problema, desconhecimento dos sintomas e do modo de transmissão, abandono do tratamento, falta de higiene pessoal e ambiental. Enfim, a tuberculose tem como pano de fundo as condições miseráveis em que a população sobrevive.

Há 50 milhões de brasileiros contaminados, o que não significa estejam doentes, mas que entraram em contato com o bacilo causador da doença. Desses 50 milhões de infectados, 120 mil adoecem, fazendo do Brasil o quarto país do mundo em número de casos e o décimo em número de mortes, registrando 10 mil óbitos por ano por causa da doença.

A taxa de mortalidade por tuberculose no Rio de Janeiro é a maior de todo o país. São 1.300 mortes por ano e 20 mil novos casos, dos quais 20% em estado grave, precisando de internação. Dos 20 mil casos anuais, 10 mil ocorrem no município do Rio de Janeiro, com 120 novos casos e 2 óbitos para cada 100 mil habitantes, tornando o Rio a primeira cidade do Brasil em casos e morte. São 10 mil novos casos por ano e a maioria deles ocorre na AP3.1, que concentra o maior número de favelas do município.

O Programa Nacional de Tuberculose propõe para o combate à expansão da doença, ações ligadas à educação geral da população, informação e análise dos dados, desenvolvimento de tecnologia, uma comunicação mais eficaz com as populações vulneráveis à doença. Em sua palestra, a Dra. Aparecida observou que a informação escrita não é a melhor estratégia para orientar a população sob risco, que em sua maior parte não tem o hábito de ler, não tem tempo ou nem mesmo sabe ler.

O mesmo programa também recomenda que a população participe ativamente dos Planos de combate à doença à nível municipal e estadual através dos Conselhos Estadual, Municipais e Distritais de Saúde. ■

"A tuberculose é uma doença do pobre e da pobreza."



ELEIÇÕES 2000: PROBLEMAS DO DIA A DIA AINDA ESPERAM CANDIDATOS COM PROPOSTAS DE SOLUÇÕES

4

Victor Vincent Valla

O Se Liga no SINAL sempre esteve atento na época das eleições, principalmente as municipais, e com um olhar específico para a Leopoldina, buscando definir os problemas que podem, nessa época, receber propostas de solução por parte dos candidatos (veja a Plataforma do Cepel, de 1994). Nem sempre as promessas dos candidatos vão em direção ao que a população acha de fato importante — o solução de problemas que se eternizam sem soluções.

Assim, depois de ouvir as sugestões de várias organizações populares da região da Leopoldina, o CEPEL oferece aos (e)leitores uma plataforma de demandas que possa subsidiá-los nas escolhas de candidatos a vereador e a prefeito. Como se poder ver a maior parte das demandas são antigas e nunca foram atendidas pelo poder municipal.

SAÚDE

Que o Conselho Distrital de Saúde tenha acesso permanente ao orçamento da Secretaria Municipal de Saúde referente à Área Programática 3.1. Como deliberar sobre as prioridades de investimento em saúde se não se conhece a quantia de dinheiro público que a SMS possui para as APs durante o ano?

Pela implantação dos Conselhos Gestores em torno das unidades de saúde da AP3.1. Esses Conselhos teriam a tarefa de fiscalizar as atividades e deliberar sobre questões técnicas, administrativas e financeiras das unidades. A proposta da implantação dos Conselhos Gestores data da IX Conferência Nacional de Saúde, de 1992.

Pela instalação de maternidade de alto risco no Hospital Universitário, garantindo atendimento de referência para os casos atendidos na rede pública de serviços de saúde (Proposta de 1997, definida no Seminário de Serviços de Emergência da AP3.1).

CRECHES E PRÉ-ESCOLA

Aumento do número de vagas das creches e pré-escolas públicas; pela volta ao critério de idade de três (03) a seis (06) anos para freqüentar as creches e pré-escolas; ampliação da rede para que possa absorver as crianças que estão saindo das creches.

Que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) facilite o acesso dos grupos e organizações populares aos recursos para projetos, como as creches populares, que a própria Secretaria desenvolva projetos que auxiliem esses grupos a criar condições para poder solicitar os recursos. Que a própria Secretaria desenvolva projetos que auxiliem esses grupos a criar condições para poder solicitar os recursos, uma vez que os grupos mais pobres não têm condições de negociar com a SMDS, pois a própria negociação exige a existência de uma infra-estrutura razoável.

EDUCAÇÃO

Pelo acesso da população (móradores, pais de alunos) às escolas públicas municipais, independente de convite, para discutir não só o comportamento e desempenho dos alunos nas aulas, mas também a gestão administrativa e financeira e a linha pedagógica. Pela democratização da escola pública municipal. Escola saudável é escola democrática.

ORÇAMENTO PÚBLICO

Pela implantação do orçamento participativo no município do Rio de Janeiro. Trata-se da verba pública municipal que sobra (que não é pouco) depois dos pagamentos dos funcionários públicos e da dívida municipal. Normalmente, essa verba fica numa faixa de 10 a 15% e é controlada pelo Gabinete do Prefeito. A proposta do orçamento participativo é de que a sociedade civil, via suas organizações, delibere anualmente sobre a prioridade de investimento dessa verba.

ÁGUA E ESGOTO - SANEAMENTO

Pela melhoria dos serviços de distribuição de água e esgoto nas favelas da Leopoldina, que continuam de forma bastante deficitária. Embora este serviço seja executado pela CEDAE, que é uma empresa pública estadual, o responsável pelo serviço é o município, que o repassa como concessão ao Estado do Rio de Janeiro.



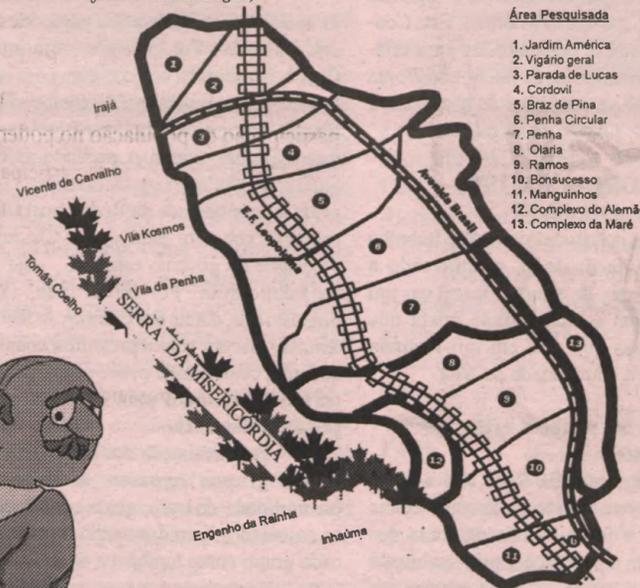
MEIO AMBIENTE

Que o poder municipal se empenhe na criação de uma área de preservação da Serra de Misericórdia. Trata-se de legalizar a iniciativa de grupos da sociedade civil, como as ONGs Verdejar, Bicuda Ecológica e o Os Verdes, para salvar este último espaço verde da Região da Leopoldina, uma área de 20Km2, situado num maciço entre os bairros da Penha, Olaria, Ramos, Bonsucesso, Inhaúma, Engenho da Rainha, Thomás Coelho, Vicente de Carvalho, Vila Kosmos, Vila da Penha e Penha Circular.

Situação da Serra da Misericórdia:

- Complexo do Alemão - todo habitado
- Olaria, Penha e parte da Penha Circular - as partes baixas estão tomadas por habitações, restando a parte alta.
- Inhaúma e Engenho da Rainha - a parte interna da serra está sendo destruída por pedreiras e grileiros fazendo loteamentos irregulares.
- Tomás Coelho - a parte baixa estava sendo ocupada por habitações que foram contidas pelo reflorestamento.
- Vila da Penha e Vila Kosmos - está sendo reflorestada.

(fonte: Bicuda Ecológica)



PLATAFORMA DO CEPEL

Esta lista de necessidades da Região da Leopoldina foi publicada há sete anos nesta mesma página, na edição nº 18 do Se Liga no SINAL (agosto/setembro 1994). Como você poderá observar, ela continua atual para as eleições do ano 2000, o que significa que também permanece a necessidade de identificar e votar em candidatos a vereador e prefeito comprometidos com a solução dos 11 problemas nela apontados.

1. Fornecimento de água de qualidade para todas as residências da região, principalmente nas favelas, durante 24 horas, com a manutenção adequada e ampliação da rede existente.
2. Esgoto sanitário para todas as casas.
3. Recuperação física de todas as escolas públicas, não bastando a construção de novos CIEPS.
4. Melhores salários, condições de trabalho e contratação de novos professores para a rede pública.
5. Turno único, ou no máximo dois turnos diários, em cada escola pública.
6. Construção de colégios estaduais, de acordo com a demanda da região.
7. Segurança pública igual à recebida pelos turistas estrangeiros na Zona Sul.
8. Iluminação pública igual à da Zona Sul.
9. Funcionamento pleno e de qualidade do Hospital Getúlio Vargas.
10. Salários e condições dignas de trabalho para os profissionais de saúde.
11. Implantação de mais linhas de ônibus com pontos finais na Leopoldina.

5



REDE DE EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE DA LEOPOLDINA

Somando esforços para a busca de soluções dos problemas locais

6 Articulação fortalece as lutas das entidades da região da Leopoldina

Maria Eugênia (Kena) Urrestarazu Silva

O CEPEL propôs a vários grupos organizados da Leopoldina a construção da "Rede Local de Educação Popular e Saúde" (), para dar visibilidade a uma rede que já existia, iniciada por uma oficina em 1999. Com ela, o CEPEL tem buscado aproximar as entidades que atuam na região da Leopoldina no desenvolvimento de atividades não só de assistência a necessidades imediatas da população, mas também na criação de espaços de participação e reflexão sobre as condições de saúde e educação dos grupos populares e as possibilidades de sua superação no dia a dia. Conheça as principais atividades desenvolvidas por algumas entidades integrantes da Rede.*

A partir da primeira oficina de entidades da Leopoldina, realizada em 1999, a Rede Local, como é conhecida a Rede Local de Educação Popular e Saúde, vem se reunindo mensalmente. Em cada reunião os vários grupos têm informado sobre os problemas que cada um está enfrentando, o que tem permitido fazer uma avaliação conjunta das dificuldades que vêm afetando toda a população, decorrentes de políticas públicas que geram doenças sociais, como a fome, o desemprego crescente e a violência.

No início, a Rede contou com a participação do "Sementinha" - Serviços Comunitários, o Centro de Referência da Saúde da Mulher - CRESAM, a Pastoral da Juventude da Igreja Bom Jesus da Penha e a ONG "Bicuda Ecológica", mantenedora da comunitária 'Rádio Bicuda'. Depois de mais de um ano de encontros regulares, outros grupos da Leopoldina foram se incorporando. Ao realizar sua II Oficina, em junho de 2000, a Rede já contava também com a participação: da Igreja Presbiteriana do Parque Proletário da Penha, do Conselho Comunitário de Saúde do Complexo do Alemão - CONSA, do Grupo Espírita Lar de Madalena e da Segunda Igreja Batista.

IGREJA PRESBITARIANA DO PARQUE PROLETÁRIO DA PENHA

A luta da Igreja Presbiteriana ultrapassa os limites do Parque Proletário da Penha e tem uma história de mais de 27 anos.

Hoje, no Parque Proletário, a Igreja atende cerca de 250 pessoas, incluindo creche, tele-curso e alfabetização de adultos. Há três gestões de prefeitos que ela vem tentando obter apoio nutricional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS para a creche, mas esbarra na burocracia ou nos critérios estabelecidos pelo município. De acordo com

esses critérios, a Secretaria só atende pedidos de apoio nutricional a creches que já reúnem certas condições, como geladeira, fogão, dispensa, espaço iluminado e ventilado. Isto é, quem mais precisa do apoio da SMDS não tem direito ao apoio à creche, pois uma comunidade pobre, para início de conversa, não tem como cumprir com todas as exigências.

CONSA - CONSELHO COMUNITÁRIO DE SAÚDE DO COMPLEXO DO ALEMÃO

Há duas décadas que o Complexo do Alemão luta pelo sonho de implantar unidades de saúde. Neste ano formou-se o CONSA - Conselho Comunitário de Saúde do Complexo do Alemão, para centralizar esforços comunitários pela implantação de oito postos de saúde e de uma unidade mista.

O CONSA reúne entidades do movimento popular e, ecumenicamente, um grupo de algumas igrejas que atuam na região (a Católica e algumas Evangélicas, Centros Espíritas e Pastorais). Este Conselho tenta estimular outras comunidades para criarem seus conselhos comunitários de saúde, como uma via para buscar vencer as condições de abandono a que estão sujeitas. (Ver Entrevista na página 7)

SEGUNDA IGREJA BATISTA - VILA DO JOÃO

A Segunda Igreja Batista desenvolve trabalho de apoio social na Vila do João, promovendo a discussão dos problemas de saúde locais, em um primeiro momento com a comunidade cristã que frequenta a Igreja, mas que visa em um segundo momento atingir toda a comunidade da Vila.

Políticas públicas também estão em debate na Rede

Todos os integrantes da Rede têm a clara percepção de que o governo em todas as suas esferas - municipal, estadual e federal - não dá conta dos problemas que afligem a população, principalmente na área de educação e saúde. A Rede oferece um espaço para se organizar e reivindicar determinadas

questões, assim como para oferecer soluções e sensibilizar os governos locais a participar dessas soluções. Há exemplos no Brasil onde os governos, principalmente a nível municipal, têm percebido que as soluções que a população oferece são mais adequadas à suas reais necessidades e têm liberado subsídios para que os grupos possam implementar suas propostas.

A Rede de Educação Popular e Saúde da Leopoldina tentou criar um canal de comunicação com os governos estadual e municipal, convidando-os para que na II Oficina pudessem informar os grupos sobre as oportunidades oferecidas na região, em torno das iniciativas que os grupos desenvolvem. Infelizmente as duas esferas de governo não perceberam a importância desta iniciativa: o governo estadual não compareceu e a SMDS enviou pessoal técnico sem qualquer poder de decisão.

Muitos outros assuntos têm movimentado as discussões da Rede e boa parte deles ainda está em discussão. Por exemplo, uma integrante do Grupo Sementinha colocou numa das reuniões que o alimento que a população recolhe na feira é mais nutritivo que os itens da Cesta Básica padrão, mas, mesmo assim, continua pegando as cestas das igrejas, muitas vezes em várias delas. Foi levantada ainda a possibilidade da Rede Local elaborar uma proposta concreta para que o Cheque-Cidadão, programa do governo estadual, seja distribuído na Leopoldina. Por outro lado, também foi proposto que, diante dos critérios da SMDS, a Rede tentasse discutir com a prefeitura como fazer para que uma comunidade pobre possa criar condições para pedir recursos para o programa, incluindo geladeira, fogão etc..

Pela avaliação dos seus participantes, ao reunir grupos ímpares, a Rede oferece a possibilidade de troca, ajuda e solidariedade entre os associados, impulsionando o trabalho tanto de cada grupo como também a atuação em conjunto

(*) Leia também *Tecendo a Rede Local de Educação e Saúde da Leopoldina*, Se Liga no SINAL, N° 41 - Out./Nov./Dez. 99.



CONSA- Conselho Comunitário de Saúde do Complexo do Alemão Padre Martini: os objetivos da nova entidade

7

Fernando Carlos Rosa Fernandes

A entrevista deste número do *Se Liga no SINAL* é com o padre Severino Antonio Martini, da paróquia São Sebastião de Olaria. Ao lado de outras entidades do movimento popular e igrejas que atuam nas comunidades que englobam o Complexo do Alemão, o padre Martini representa sua paróquia no CONSA - Conselho Comunitário de Saúde do Complexo do Alemão, do qual é o 1º Tesoureiro. A nova entidade, presidida por Mariza do Nascimento, foi criada para fortalecer a luta pela implantação de unidades de saúde nas comunidades do Complexo, uma demanda comunitária de quase duas décadas. Nesta entrevista, o padre Martini apresenta alguns pontos defendidos pelo CONSA - Conselho Comunitário de saúde do Complexo do Alemão.

Situado na XXIX Região Administrativa, o Complexo do Alemão é composto por 17 comunidades: Esperança, Alemão, Joaquim de Queiróz, Itararé, Baiana, Viúva, Adeus, Piancó, Nova Brasília, Guadalajara, Alvorada e Cruzeiro, Fazenda das Palmeiras, Palmeiras, Matinha, Mineiros, Caboclo e Lagoinha. Segundo estimativa da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, a população do Complexo, no ano 2000, seria de 65.475 habitantes, mas as lideranças comunitárias acreditam que já chega a 200.000 o número de habitantes das 17 comunidades que o integram.

Segundo padre Martini, embora o Complexo possua volumoso número de habitantes, a referida área não conta com a presença de ao menos um posto de saúde, assim como áreas de lazer e nem mesmo escolas, fazendo com que a população tenha que fazer diariamente peregrinações em busca destes serviços em outras áreas da cidade.

A população das comunidades do Alemão tem vivido profunda carência de condições sanitárias, onde se evidencia, quando existente, a presença de precária rede de esgotos, sendo muitas as famílias que utilizam fossas e é notória e preocupante presença de inúmeras valas, por onde escoam o esgoto a céu aberto, e misturam-se ainda canos d'água, expondo a população ao risco de contaminação de inúmeras doenças. Não existe regularidade no abastecimento de água, que cai normalmente uma vez por semana e não atende a todas as famílias. Dessa forma, grande parte dos moradores, crianças, homens e mulheres têm que carregar água em *latões*, penosamente, à grandes distâncias. Não sendo os reservatórios adequados, aumenta-se o risco de contágio de doenças.

Não o bastante, o Complexo do Alemão conta com outros graves fatores de risco à saúde. A presença da Estação de Transferência de Lixo, da COMLURB, e da fábrica POESI, que despeja enorme quantidade de poluentes no meio ambiente, geram inúmeros casos de doenças respiratórias, de pele, verminoses... Soma-se a esta triste realidade, o grande desemprego, que a cada dia cresce em nosso país, empurrando considerável parcela da população para baixo da linha da miséria.

“As lutas prioritárias do CONSA são a implantação de postos de saúde, programas de Saúde da Família, agentes comunitários de saúde e geração de empregos, áreas de lazer, a transferência da estação de lixo da COMLURB e da indústria Poesi.”

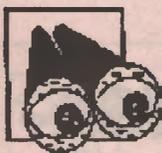
Diante dessa realidade, há 20 anos a população do Complexo do Alemão reivindica a implantação de unidades de saúde, sem no entanto serem atendidos. Assim, formaram, neste ano, a partir da união das Associações de Moradores, Igrejas Evangélicas, Igrejas Católicas, Centros Espíritas, SOS Complexo do Alemão e outras organizações locais, o CONSA - Conselho Comunitário de Saúde.

Segundo o padre Martini, as lutas prioritárias são a implantação de postos de saúde, programas de Saúde da Família, agentes comunitários de saúde e geração de empregos, áreas de lazer, bem como, a transferência da estação de lixo da COMLURB e da indústria Poesi.

Segundo o padre Martini, a atuação do CONSA está baseada numa concepção ampla de saúde, que “tem que ser mais do que curativa, ela tem que ser preventiva. Ela não pode ficar só no

aspecto biomédico, (...) vai além, na educação, no trabalho, no lazer, essas coisas todas que complementam a pessoa, (...) especialmente no aspecto espiritual, quando se constitui em comunidade.” Dessa forma, a proposta é mobilizar a população no esforço de criar um sistema de saúde que vá além dos postos de saúde, embora ele considere que, emergencialmente, é necessária a implantação dos postos. Este desdobramento da luta pelos postos de saúde já está contemplado pela própria Constituição de 1988, que diz que saúde supera o modelo assistencial, centrado na doença e baseado no atendimento a quem procura, e avança para um modelo centrado na atenção integral à saúde, com ações de promoção e proteção paralelas àquelas de cunho ambulatorial, de recuperação.

Na nova entidade há ainda um interesse muito grande na promoção de práticas de *economia solidária*, “que desperte a solidariedade entre as pessoas e a pessoa vai trabalhar não pensando apenas em sua família, mas na comunidade.” Padre Martini exemplifica com a possibilidade de composição de cooperativas de produção, de serviço ou de comercialização, as chamadas *redes comunitárias de comercialização*. No momento, estão começando as negociações para conseguir, junto à comunidades do interior, alimentos mais baratos, direto do produtor para venda, a melhores preços, nas cooperativas, barateando assim os custos e melhorando a qualidade alimentar. ■



FIQUE POR DENTRO

AMAP é reativada

A Associação de Moradores e Amigos da Penha (AMAP), informa que foi reativada no dia 1º de abril do 2000, sob a presidência de Sérgio Clemente da Silva. A sede provisória está funcionando na Rua Laudelino Freire s/nº.

A nova gestão conta com a colaboração e participação dos moradores para fortalecer a associação e dar continuidade às suas reivindicações. Há sempre uma pessoa na sede para receber a visita dos moradores. Contatos também podem ser feitos pelo e-mail, <amap@ieg.com.br> ou pelo telefone 9184-6483.



Cuidado com seu lote

Se alguém lhe oferecer um lote de terra nas encostas da Serra da Misericórdia (bairros de Tomás Coelho, Engenho da Rainha e Inhaúma) desconfie sempre. A encosta da Serra está sendo alvo de loteamentos clandestinos (sem licença da prefeitura). Isso pode trazer-lhe muitos aborrecimentos futuros. Denuncie os grileiros à Secretaria Municipal de Urbanismo. (Fonte: *Jornal da Bicuda Ecológica*, setembro/outubro 1999)



Seminário "Maré: História e Resistência"

Todos os sábados, até o dia 07 de outubro, das 15 às 18 horas, está acontecendo o Seminário Maré: História e Resistência, promovido pela ONG Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré - CEASM, através de sua Rede de Memória. Para a entidade, "o seminário tem por objetivos abordar a lógica de ocupação da área da Maré, na região da Leopoldina, desde a colonização até os dias atuais, analisar as estratégias de sobrevivência desenvolvidas por seus moradores; discutir as políticas públicas e seu impacto sobre a região, relacionando a história do Bairro Maré ao processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro. O CEASM quer desta

forma, colaborar com o processo de construção de uma identidade coletiva local integrando o Bairro Maré ao contexto histórico, social e urbano da cidade."

O evento, que teve as duas primeiras sessões nos dias 26 de agosto e 02 de setembro, prossegue no dia 16 de setembro, com a mesa "Urbanização da Cidade do Rio de Janeiro e a Transição para o Capitalismo"; no dia 23 de setembro, com a mesa "O Bairro Maré: Caracterização Geral e Processos Específicos de Constituição das Comunidades", no ELOS; no dia 30 de setembro, com a mesa "O Projeto Rio e as Políticas de Habitação para as Comunidades de Baixa Renda", no ELOS; e no dia 07 de outubro, com a mesa "O Bairro Maré: Estratégias de Resistência na Atualidade", no CEASM. Os endereços onde o evento está acontecendo são: ELOS - Av. Brasil, 4036, sala 903; e CEASM - Praça dos Caetés, 7 - Morro do Timbau - Maré. Telefones para mais informações: 561-4604, 561-4965 e 260-7453.



I Jornada Interdistrital de Saúde

Nos dias 23 e 24 de setembro acontece a I Jornada Interdistrital de Saúde do Município do Rio de Janeiro, em torno do tema "Modelos de Gestão dos SUS e o Controle Social: Situação, Problemas e Desafios". A Jornada é uma etapa preparatória da XI Conferência Nacional de Saúde, que será realizada em Brasília, em novembro.

O roteiro de discussões da Jornada é o seguinte:

1. Direito à saúde - atenção à saúde: qualidade e resolutividade
2. Gestão dos Serviços Públicos (Estatal e Contratados)
 - Estatal
 - Cooperativada
 - Privada
 - Fundação
 - ONG
 - Contratação de Gestor
 - Contratação de Empresas
3. Controle Social.

O evento está sendo coordenado pelos Conselhos Distritais de Saúde da AP 3.1 e AP 1, e contará com a participação de técnicos da ENSP/FIOCRUZ e outras instituições como palestrantes e debatedores. Acontece no Auditório do Prédio da Expansão do Campus da Fiocruz (Av. Brasil, 4036 - 9º andar)

CENTRO DE ESTUDOS E
PESQUISAS DA LEOPOLDINA



Av. Brasil, 4036 - sala 907 -
Manguinhos - Cep: 21040-360
Tel: 590 1998
E. Mail: cepel@uol.com.br
Rio de Janeiro

IMPRESSO

SE
LIGA
NO
Sinal

Se você gostou do SINAL, faça uma assinatura. Você estará contribuindo para a continuidade deste trabalho. Assinatura anual: R\$ 10,00.

NOME: _____

PROFISSÃO: _____

ENDEREÇO: _____

TEL: _____

BAIRRO: _____

CIDADE: _____ CEP: _____